



NOVO GOVERNO

Corrida contra o tempo para aprovar a PEC

Texto entregue pela equipe de transição enfrenta resistências do Centrão, que rejeita possibilidade de o Auxílio Brasil ficar fora do teto pelos próximos quatro anos. Relator do Orçamento acredita que votação no Senado seja no dia 29

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

A equipe do governo eleito tenta costurar com a base aliada do presidente Jair Bolsonaro (PL) um acordo para aprovar, o mais rapidamente possível, o texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição, cuja minuta foi entregue ao Congresso no último dia 16. Aquilo que, de início, parecia contar com a colaboração e boa vontade do Centrão, diante da urgência na tramitação, empacou.

A futura oposição ao governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) antecipou a ida para outro lado do balcão e já colocou os primeiros obstáculos. Na semana passada, os líderes na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), e no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), deixaram claro que a atual base do governo não dará todos os pontos da PEC de mão beijada ao PT.

Apesar do consenso para aprovação do Auxílio Brasil de R\$ 600 — o Orçamento enviado pelo governo Bolsonaro prevê o pagamento de um benefício menor, de R\$ 400 —, a equipe de Bolsonaro discorda da pretensão do governo eleito de colocar toda a verba para o benefício permanentemente fora do teto de gastos. Além disso, Barros disse durante a semana que a promessa do presidente eleito de colocar um bônus de R\$ 150, no Bolsa Família, para cada criança de seis anos por família, é inviável.

Portinho, por sua vez, apontou que o Auxílio Brasil fora do teto permanentemente será “muito difícil”. Fontes do atual governo afirmam

que “não tem chance” de a gestão Lula conseguir apoio para aprovar a PEC nesses termos. A base bolsonarista argumenta que a PEC não pode se tornar “um cheque em branco” para o governo eleito, que atribui a formatação da proposta de emenda ao Orçamento enviado por Bolsonaro ao Congresso.

Carimbo

“É um dinheiro carimbado, não é um cheque em branco. Tem um destino, um propósito verdadeiro. O cheque em branco é mais uma alegoria para dizer que o governante sempre terá uma desculpa que vai dar para não cumprir o teto dos gastos. É mais da questão do princípio do que da quantia”, explica o economista e analista político Máximo Della Justina.

Para o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), colocar medidas fora do teto de gastos é necessário, “independentemente do vitorioso nas urnas”. Ele classificou o texto remetido pelo governo de transição ao Congresso como “PEC da salvação”. O parlamentar destacou, ainda, diversos pontos de defasagem que o Orçamento enviado pelo atual governo possui.

Na área da saúde, estão previstos cortes de R\$ 3,3 bilhões. Programas como o Farmácia Popular, além de tratamentos para HIV e câncer, serão duramente impactados caso o Orçamento não sofra alterações. Na educação, a merenda escolar não é reajustada desde 2017 devido a um veto de Bolsonaro para corrigir tais recursos pela inflação. Também há um bloqueio de R\$ 796,5 milhões

Pedro França/Agência Senado



Castro é defensor de que o dinheiro para bancar o Auxílio Brasil não deveria ser submetido ao teto de gastos, qualquer que fosse o eleito

Pontos fundamentais

» Sem detalhar valores ou prazos, o documento apresentado ao Congresso, na semana passada, tem o objetivo de abrir espaço orçamentário para a manutenção de programas sociais, como o Auxílio Brasil e a Farmácia Popular.

» O estouro previsto no teto de

gastos é de R\$ 175 bilhões — valor necessário para a manutenção dos R\$ 600 do Auxílio e mais R\$ 150 por cada criança menor de seis anos.

» Além disso, a proposta prevê o investimento público do montante correspondente ao excesso de arrecadação, limitado a 6,5%.

para a compra de livros didáticos — cerca de 70 milhões de instrumentos de ensino para alunos e professores dos primeiros anos do ensino fundamental deixaram de ser comprados. Cerca de 12 milhões de estudantes correm o risco de iniciar as aulas em 2023 sem

material didático.

Castro também faz diversas críticas ao Orçamento previsto para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Segundo o senador, a autarquia não terá capacidade de manter as estradas com o orçamento previsto de

R\$ 6 bilhões. A peça orçamentária para 2023 prevê R\$ 63 bilhões a menos nos gastos para despesas obrigatórias em comparação ao ano de 2016, quando o Congresso aprovou o teto de gastos no governo do presidente Michel Temer.

Negociação

Na avaliação do professor de ciência política Valdir Pucci, o governo deve conseguir colocar o Bolsa Família fora do teto de gastos, mas somente para o próximo ano. Mas ele vê espaço para negociação.

“Não será fácil. Entretanto, acredito que o governo transitório conseguirá, pelo menos, a aprovação de colocar o Bolsa Família fora do teto de gastos em 2023. Um período maior só virá com os novos parlamentares eleitos, no ano que vem, e com uma política econômica mais clara, ou seja, conseguirá para o próximo ano, mas deverá negociar

mudanças mais profundas com o novo Congresso”, analisou.

A tramitação da PEC começará no Senado. Castro estima que a votação na Casa ocorra dia 29. Além das divergências no Legislativo sobre o teor do texto, há pressão do mercado financeiro, que pode levar a um enxugamento ainda maior da proposta.

“Do ponto de vista econômico, os mercados, principalmente de ações, gostam de fazer dinheiro em cima de fatos políticos. Quando a bolsa reage, está especulando. Pegar um fato político que não é novidade, mas aproveita isso para derubar a bolsa para elevar o valor do dólar”, explica Della Justina.

Expectativa é que a tramitação no Senado seja rápida. Na Câmara, deve ser apensada à PEC 24/2019, já sujeita à deliberação do Plenário, segundo Castro. A matéria deve ser aprovada até 16 de dezembro para ir à sanção presidencial.

Pressão por mais mulheres no futuro governo

DANIEL RAMALHO

» TAINÁ ANDRADE

Durante a campanha presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu diversidade no futuro governo e criou a expectativa de que aumente o número de indicações de mulheres para os cargos no primeiro, segundo e terceiro escalões da administração pública. A considerar a presença feminina na equipe de transição, tudo indica que a promessa será levada a sério: são 24, entre as quais se destacam a futura primeira-dama Janja, a jornalista Anielle Franco — irmã da vereadora assassinada Marielle Franco —, a chefe e apresentadora Bela Gil e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann.

Na comparação com o atual governo, o presidente Jair Bolsonaro (PL) está em clara desvantagem. Nesses quase quatro anos foram apenas três mulheres entre os 23 ministros — em grande parte brancos. As representantes femininas também eram brancas.

Porém, o segundo governo Lula (2006-2010) não foi muito diferente do de Bolsonaro: eram quatro mulheres em um total de 28 ministros. Tauá Lourenço Pires, coordenadora de Justiça Racial e de Gênero da Oxfam Brasil,



Anielle é uma das representantes das mulheres pretas na transição, mas especialistas querem mais avanços

questiona: está se olhando para a diversidade ou para a realidade?

“Durante o período de Lula, quantas mulheres foram ministras? E quantas eram negras? São pessoas muito localizadas em determinados lugares, não tinha isso de uma forma equilibrada. Nos nomes que estamos vendo, acho que

é um olhar para a realidade. Temos um retrato do que é a sociedade brasileira”, observou.

Nos grupos de trabalho da transição, há a presença de diversas especialistas. Mas, segundo Hannah Maruci, mestre em Ciência Política e diretora da Tenda das Candidatas — projeto social

que capacita mulheres para atuarem na política —, “não basta ser uma mulher estando ali se ela não olha para as questões estruturantes da sociedade”.

“É importante termos mulheres que se preocupem com a pauta feminina, mas também se preocupem com todos os outros temas

de importância para o país. As pautas e a representação deve ser transversal a todas as áreas. Não adianta colocar separadamente o tema da mulher”, salienta. Hanna torce para que vários nomes das representantes na transição façam parte de próximo governo em postos de visibilidade.

Pretas

Na ampla frente formada para eleger Lula, uma das alianças mais importantes foi com as mulheres pretas. Entre os grupos marginalizados pela atenção governamental, esse é um dos que acumula mais demandas não atendidas pela sociedade. Um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) indica que 72% dos homicídios cometidos no país tem como alvo os negros — a cada 100 pessoas assassinadas, 78 têm a pele escura. Quando esse recorte é feito em relação ao gênero, chega-se a uma taxa de 62% de feminicídio e 70,7% de mortes violentas intencionais que tem como alvo a mulher preta.

Quase 28% da população são cidadãs que se encaixam nesse perfil. Especialistas são unânimes em dizer que para resolver o problema, é preciso que as soluções sejam

dadas por quem é a principal vítima da violência estrutural.

O maior número de candidaturas de pessoas negras, considerado um marco histórico nestas eleições, não necessariamente significou aumento da representatividade no Legislativo. Tauá contabiliza que apenas 5% das eleitas em 2022 representarão a voz das negras no Parlamento.

“A gente está discutindo um avanço histórico pela primeira vez, mas, quando vemos o saldo, ainda tem muito para avançar. A gente está longe de ter um Congresso representativo. A desigualdade na política ainda é um gargalo que a gente precisa enfrentar e que está colocado para o Congresso. A meu ver, será um desafio para o novo governo também”, explica Tauá.

Isabella Ferreira, historiadora e membro do grupo de trabalho de Gênero do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPEN), acredita que um legado que o futuro governo Lula pode deixar “é o de capacitação, de formação profunda que fortaleça e empodere elas. Além de promover oportunidades econômicas, com políticas que tragam geração de renda e alternativas para elas se sentirem donas da própria vida”.